

DOSSIÊ: DIREITOS FUNDAMENTAIS, PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E SOCIABILIDADE NAS AMÉRICAS

Fundamental rights, socio-political participation and sociability in Americas
Derechos fundamentales, participación sociopolítica y sociabilidad en las Américas

A questão dos direitos fundamentais perpassa todo o processo histórico de tentativa de estabelecimento de preceitos humanitários universalmente válidos, institucional e legalmente protegidos, envolvendo garantias individuais e coletivas, sociais, políticas e de organização. Atrelada à essa noção, a consideração da participação social e política como ponto central na efetivação da cidadania e da própria democracia enquanto parâmetro mais amplo revela-se um aporte importante no entendimento das realidades nacionais e regionais; considerando, também, a importância dos espaços de sociabilidade no desenvolvimento de interrelações e na discussão de pautas.

A história da América Latina, desde a última vintena do século XX, registrou importantes transformações na disposição dos direitos internos. Em geral, após a experiência de décadas de regimes ditatoriais, com o predomínio da negação dos direitos políticos, avançamos no sentido das democracias constitucionais, com a consolidação de Estados organizados sobre uma base cidadã, de proteção aos direitos fundamentais e promoção dos direitos humanos.

Esse movimento, todavia, não se dá sem conflitos. É um percurso sinuoso de idas e vindas e não se mostra homogêneo, não se realiza da mesma forma em todos os países latino-americanos. Mais drástico, a convivência de realidades distintas, de transformações institucionais que as adéquam a modernos discursos e segundo valores que as fundamentam, com realidades sociais de fragilidade de direitos, evidenciam realidades complexas e o ensaio de realidades sócio-históricas (modelos) que articulam desenvolvimento econômico com discurso de proteção de direitos e, paradoxalmente, miséria, exclusão social e a degradação humana.

Nesse sentido, tendo o espaço das Américas como referência em sua amplitude, heterogeneidade e complexidade, a composição do presente dossiê agrupa artigos que abordam as diversas relações entre atores/setores sociais e o debate em torno dos direitos fundamentais.

O dossiê é aberto com o texto de Roberta Negrão de Araújo e Luiz Eduardo de Araújo, “A educação como um direito social e o impacto das teorias de Estado no conceito de cidadania”. Nele, os autores perpassam questões significativas do processo de construção da cidadania, explorando especialmente as relações entre as noções de Estado e direitos sociais e seus impactos, bem como possíveis reflexos na estruturação das instituições escolares.

Ainda pensando em conexões teóricas e práticas, o artigo elaborado por Lucas Tibo, Antônio Dimas Cardoso e Marta Ribeiro Grave traz contribuições às discussões influenciadas pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. Intitulado “Desigualdades, pobreza e reconhecimento social: perspectivas analíticas em contextos periféricos”, são abordadas relações que permeiam as teorias

sobre pobreza e desigualdades sociais no Brasil, centradas nos sociólogos José de Souza Martins e Jessé Souza e nos nexos analíticos entre as ideias de modernidade anômala e modernidade periférica.

Em “O caso Plan de Sánchez e a tutela dos direitos fundamentais da Etnia Maia Achí na Corte Interamericana de Direitos Humanos”, temos um olhar voltado a um estudo de caso latino-americano. Talita Beatriz Plancher e Jorge Luís Mialhe analisam o julgamento realizado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em referência ao caso do massacre de Plan de Sánchez ocorrido em 1982 na Guatemala, apresentando consequências e os direcionamentos à política de respeito aos direitos fundamentais.

O elemento estrangeiro como encadeamento também está presente no artigo de Laís Cerqueira Rodrigues e Pablo Martins Bernardi Coelho, “Análise sobre orientações da Organização Internacional do Trabalho referentes ao trabalhador migrante e a legislação infraconstitucional brasileira”. O foco nos direitos constitucionais para migrantes, permeando as diretrizes internacionais em relação aos direitos humanos, às políticas migratória e às garantias trabalhistas, possibilita a reflexão acerca das correlações e contraposições entre segurança nacional e direitos fundamentais, recaindo na consideração da dignidade humana como parâmetro.

O dossiê é encerrado pelo texto de Victor Augusto Ramos Missiato, realçando um panorama especificamente brasileiro. Em “Estratégias democráticas na trajetória do comunismo brasileiro (1955-1979): a formação do pecebismo contemporâneo”, o autor parte do exame das particularidades do PCB em meio ao contexto de transformações sociopolíticas desde meados do século XX para combinar reflexões ao redor dos núcleos de estratégia política e defesa da democracia, além de elucidar uma cultura política constitucionalista.

Assim, atendendo ao caráter interdisciplinar da Revista NUPEM, esperamos que o dossiê contribua à promoção de múltiplos e complementários debates, movimentando novas ideias e provocando renovados interrogantes a pesquisas que toquem as temáticas aqui trabalhadas.

Fred Maciel

Pablo Martins Bernardi Coelho